

# CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES COM ESCOLARIZAÇÕES NOS NÍVEIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, SUPERIOR E PÓS GRADUAÇÃO.

Autora:

Priscilla Soares Teruya<sup>1</sup>

Co-autores:

Inara Barbosa Leão<sup>2</sup>

Lívia Gomes dos Santos<sup>1</sup>

Jeferson Renato Montreozol<sup>1</sup>

Luciana do Carmo Ferreira<sup>3</sup>

Simone Menezes de Faria<sup>1</sup>

Angelita de Oliveira Almeida<sup>1</sup>

Endereço para correspondência: [priscillateruya@yahoo.com.br](mailto:priscillateruya@yahoo.com.br)

<sup>1</sup>Alunos do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membros do GEPAPET – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, Professora do curso de graduação em Psicologia e dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e coordenadora do GEPAPET.

<sup>3</sup>Psicóloga, membro do GEPAPET.

## Introdução

O presente artigo visa apresentar e discutir a análise dos dados finais referentes ao Perfil psicológico do trabalhador desempregado no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente no que se refere aos níveis de escolarização. Tais dados são resultantes da pesquisa: Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e Trabalho (GEPAPET), e coordenado pela Professora Dra. Inara Barbosa Leão.

Esta pesquisa se embasou teórica e metodologicamente nos pressupostos do Materialismo Histórico Dialético e na Teoria Psicológica Sócio-Histórica, e teve como objetivos: a) verificar como ocorre o processo de subjetivação dos indivíduos desempregados, assim como propiciar maior conhecimento sobre a situação destes, para dar suporte a projetos de intervenções sociais voltados a esse grupo social; b) apreendendo a estrutura, as relações e o contexto social para entender a realidade em que o desempregado está inserido, além disso, buscamos: c) conhecer o significado social do desemprego; d) analisar o sentido do desemprego para o desempregado; e) obter dados que permitam entender as alterações sociais manifestadas pela condição de desemprego.

O universo amostral da pesquisa foi composto por mil (1000) trabalhadores desempregados, os quais representam 0,13% da população da cidade de Campo Grande

- MS, conforme os dados do IBGE, referentes a 2006. As informações foram coletadas através de entrevistas estruturadas, realizadas nas principais agências públicas de intermediação de mão-de-obra, Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB) ligada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e Fundação Social do Trabalho (FUNSAT) ligada à Prefeitura Municipal de Campo Grande, ambas localizadas neste município.

Os dados sobre o Perfil Psicossocial dos Desempregados abordaram as determinações sociais que medeiam as relações sociais que configuram tanto a identidade, quanto a consciência do trabalhador desempregado, tais como, sexo, estado civil, número de dependentes, idade, religião professada, escolaridade, tempo de desemprego, histórico de trabalho, dentre outros.

Neste artigo nos deteremos apenas nos dados referentes a escolarização, mais especificamente sobre os níveis formais de educação, sendo eles: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação.

Entender a relação entre o nível de escolarização e o desemprego exige que antes, estabeleçamos algumas considerações sobre a própria relação entre trabalho e educação, isto porque, estes são mediadores fundamentais no processo de humanização.

Ainda que muitas vezes educação/escolarização e trabalho/emprego sejam tomados como sinônimos, estes conceitos carregam em si diferenças elementares que necessitam ser explicitadas, a fim de compreender como ocorrem as inter-relações entre educação escolarizada e desemprego.

Saviani (2006) aponta que a relação entre educação e trabalho perpassa tanto o desenvolvimento ontogenético do homem. Isso porque diferente dos outros animais o homem deve transformar a natureza de forma a garantir a sua existência. Neste processo, ao produzir a sua existência ele modifica-se e, assim, produz a si mesmo. Nesse sentido, inicialmente toda educação estava intrinsecamente ligada à prática: o homem aprendia a produzir produzindo e esse conhecimento era passado às outras gerações também por meio das relações de trabalho.

Com a divisão social em classes provocada pelo desenvolvimento das relações de produção, a relação educação e trabalho também foi modificada. Se antes educação e trabalho eram plenamente identificados, agora ocorre uma cisão nesse processo que transforma a educação em duas: aquela destinada à classe trabalhadora, cuja relação com o trabalho ainda é fortemente presente, e a educação da classe dominante, representada pelo domínio das atividades intelectuais. Esse segundo tipo de educação deu origem à escola, que é a educação socialmente instituída e que passou a ser identificada como a educação propriamente dita.

As necessidades surgidas com a implantação do sistema capitalista fizeram com que a escola fosse expandida; o Estado passa a ser responsável pelo estabelecimento da escola pública, gratuita e universal. Esse fato decorre da necessidade de difundir amplamente as novas ideologias dominantes nesse modelo de produção ao mesmo tempo em que difundia as técnicas necessárias para a realização das novas técnicas de trabalho. O discurso amplamente propagado neste novo modelo é o da educação como única possibilidade de alcançar o desenvolvimento pessoal e econômico de qualquer nação: a educação passa a ser discutida por economistas, que buscavam encontrar a relação mais rentável entre esta e o desenvolvimento econômico.

A separação entre trabalho prático e o intelectual é intensificada: de um lado fica o ensino técnico e profissionalizante, destinado às classes proletárias, no qual a baixos custos ensina-se um grande número de pessoas, que saem prontas para atuar no mercado de trabalho – a aprendizagem consiste basicamente no desenvolvimento das habilidades

motoras e atitudes necessárias ao desenvolvimento de uma tarefa específica; e do outro o ensino intelectual, representado principalmente pelas universidades.

A própria relação de trabalho é modificada e passa a ser confundida com a noção de emprego, que é a venda da força produtiva em troca de um salário; e, para esse sistema, maiores níveis de educação significariam maiores garantias pessoais – principalmente garantias relacionadas a um emprego estável e rentável.

Portanto temos, no capitalismo, a presença de uma nova forma da relação entre educação e trabalho: é a relação entre ensino (que é a educação socialmente instituída) e emprego (que é a configuração que o trabalho adquiriu neste modelo de produção). Essa relação é caracterizada pela educação oferecida de acordo com as necessidades do capital.

Entretanto, a relação entre educação e trabalho não é tão linear como prega a ideologia liberal. O desenvolvimento das técnicas de produção acarretou que um número muito grande de pessoas não tenha função nenhuma para a reprodução do capital, são absolutamente dispensáveis aos meios de produção: são pessoas que não estão e não entrarão no mercado de trabalho, que não têm ou terão acesso aos meios de produção assim como não terão a possibilidade de consumo desta produção.

Essa realidade é mascarada por um discurso que tem tomado força nas últimas discussões acerca da relação entre educação e trabalho: é o discurso de empregabilidade, segundo o qual não seria a escola, mas o próprio indivíduo quem deveria desenvolver habilidades e conhecimentos que garantissem a ele um bom emprego. O mercado de trabalho, além de funções cada vez mais específicas, passa a exigir também conhecimentos mais distintos e características que não são necessárias à atividade que será desenvolvida, o que é analisado como se devendo ao aumento da complexidade do mundo, que tem levado as empresas a priorizarem excelência e a pró-atividade de seus funcionários e candidatos a funcionários. Por excelência entende-se que o funcionário deve ser capaz de realizar as mais diversas tarefas no menor período de tempo, ou seja, serem trabalhadores de alta produtividade. Já para o trabalhador ser considerado como pró-ativo deve buscar o trabalho a ser realizado e a forma de realizá-lo, se apresentado como empreendedor e não apenas reativo.

Esta é uma das principais condições que se revela como interveniente na conformação psicossocial dos trabalhadores desempregados, uma vez que podemos observar que essas exigências são componentes ideológicos do ideário neoliberal, que transferem ao indivíduo a culpa de um problema social, como se o desemprego nada tivesse a ver com uma realidade macro social na qual o capital está disponível para poucos, o emprego pleno não existe mais e não há espaço no mercado de trabalho para todos os trabalhadores.

## **1. Níveis de Escolaridade**

Fato típico da atualidade, o desemprego também em Mato Grosso do Sul tem um perfil característico: é um fenômeno heterogêneo, porque atinge todos os segmentos sociais. Ao contrário de como era há alguns anos atrás, quando basicamente o desemprego estava associado a apenas alguns segmentos do mercado de trabalho, como no caso de jovens, mulheres, negros, analfabetos e indivíduos de baixa escolaridade. Como mostra nossa pesquisa, homens, mulheres, pessoas de diferentes etnias, e com níveis de escolaridade distintas, não excluindo as que passaram um maior tempo de vida ocupando os bancos escolares, sofrem com as poucas vagas disponíveis no mercado.

O desemprego atinge todas as camadas sociais. Mas o que ainda surpreende neste aspecto é a presença de pessoas com maior nível de escolaridade entre essas

estatísticas. Ao contrário do que indica o senso comum, a taxa de desemprego tem sido mais expressiva para pessoas com escolaridade de Nível Médio, do que para os trabalhadores com menos anos de educação. Isso pode ser explicado pela aceitação, por parte dessas pessoas com baixa escolaridade, dos chamados subempregos. Essas informações nos levam a refletir que nem sempre alta qualificação ou alto índice de escolaridade seja recompensado tanto no emprego quanto no salário.

Dessa forma, também a nossa pesquisa invalida as hipóteses que sustentavam que quem tinha qualificação não corria o risco de ficar sem emprego, o que nos leva a constatar que não há mais segmento social imune ao problema no país, e ainda que o desemprego atual caracterize-se por ser mais de natureza intelectual – vinculado à maior escolaridade e capacitação técnica – do que de emprego de mão-de-obra com baixa qualificação.

Portanto, sintetizamos aqui as principais características psicossociais apreendidas com o intuito de explicitar as particularidades que a escolarização vem acarretando para o Perfil do trabalhador desempregado. Quanto a determinação por sexo, as mulheres são a maioria entre os desempregados, o que afirma o desemprego feminino. Porém, podemos pensar que, apesar de um número maior de mulheres ainda estar desempregada, os homens também estão sendo extremamente afetados, mostrando que o fenômeno do desemprego tem aumentado cada vez mais.

Quanto à idade, a grande maioria dos entrevistados encontra-se na faixa de 16 à 30 anos, porém notamos também muitas pessoas desempregadas acima de 40 anos, principalmente entre os que tem Ensino Superior (Completo ou Incompleto) e Profissionalização Básica ou Técnico-Profissionalizante. É possível que estas pessoas tenham mais dificuldade em retornar ao mercado de trabalho ou possam até mesmo permanecer fora dele, já que, além da baixa escolaridade, são consideradas “velhas” perante grande parte dos empregadores. Estas pessoas vivem uma situação de conflito, pois mesmo se considerando capazes de trabalhar, não são consideradas capazes de fazê-lo por parte dos empregadores que os consideram velhos e inativos. Em situação parecida se encontram aqueles que estão na faixa de 35 à 40 anos e idade, que sentem-se pressionados por encontrar um bom emprego antes que atinjam determinada idade e não consigam mais trabalhar.

O Estado Civil mostra que a diferença entre os solteiros e casados é bem marcada de acordo com a escolaridade. Quanto menor a escolaridade, maior o número de pessoas casadas. Os que têm Ensino Fundamental (Completo e Incompleto), Ensino Médio Incompleto, Profissionalização Básica e Técnico-Profissionalizante apresentam uma porcentagem média de 55% de casados para 45% de solteiros. Já, os que completaram o Ensino Médio, chegaram ao Ensino Superior e Pós-graduação representam cerca de 70% de solteiros. Quanto aos seus dependentes, da mesma forma como refere-se no estado civil, somente os que concluíram o Ensino Médio ou chegaram ao Ensino Superior e Pós-Graduação apresentam uma baixa porcentagem com relação à existência de dependentes, cerca de 35%. Já das pessoas com outros níveis de escolaridades, uma média de 65% tem dependentes, sendo que a grande maioria tem 2 dependentes.

A religião é um aspecto importante para ser analisado uma vez que o discurso ideológico religioso tem permeado as respostas sobre emoções e pensamentos no período de desemprego, principalmente relacionados à fé de conseguir um emprego. Os números mais significativos estão relacionados às religiões “católica” (praticante/não-praticante) e “evangélica”. A religião católica ainda é a mais representada, com cerca de 40% em praticamente em todas as escolaridades. Com relação às pessoas com Ensino Fundamental (Completo e Incompleto) há um grande equilíbrio entre as duas religiões,

já entre os que completaram o Ensino Médio há a maior discrepância sendo 63% católicos e 2% evangélicos. Outras religiões são citadas como: espírita, mórmon, budista, adventista, etc. Houve também um número significativo de pessoas que não deram esta informação.

Quanto à idade do primeiro emprego, registramos que em todos os níveis de escolaridade, a maioria dos entrevistados teve seu primeiro emprego na faixa etária de 16 à 20 anos. Porém, notamos que entre os que estudaram até o Ensino Fundamental (Completo e Incompleto) e Ensino Médio Incompleto, o número de pessoas que começaram a trabalhar antes dos 15 anos é significativo, cerca de 40%. Isto causa um círculo vicioso no qual o fato de se começar a trabalhar cedo influencia no baixo grau de escolaridade, já que, como dito anteriormente, muitos deixam de estudar para trabalhar ou porque já trabalham e não conseguem conciliar emprego e estudo devido às dificuldades já apresentadas. Alguns dados chamam a atenção como: a idade mínima informada ter sido de 7 anos e de uma grande porcentagem ter começado a trabalhar antes dos 16 anos, o que é considerado trabalho infantil.

Ao considerarmos os dados registrados acima entendemos que a afirmação da existência de estreita relação entre nível de educação da população de um país e seu desenvolvimento econômico, apesar de existir há muito tempo e ter se fortalecido após a revolução mundial na educação na segunda metade do século XX; foi a partir dessa mesma revolução que temos não apenas o seu desenvolvimento, mas também o surgimento de uma economia política da educação que relacionava o crescimento das oportunidades educativas às necessidades do capital, sistema político. Porém, atualmente com as transformações ocorridas no mercado de trabalho e com a alta exigência de qualificação da força de trabalho, são poucos aqueles que ainda esperam que o número de anos de escolaridade se reflita positivamente nos salários. Embora ainda se acredite que a educação conduz a salários mais elevados, principalmente em populações com baixa escolaridade, a verdade é que as pesquisas e a realidade brasileira evidenciam que nem sempre isso é possível.

Também nesta nossa pesquisa pudemos comprovar que as oportunidades de emprego tendem a retroceder e a escolaridade não tem tido o poder de funcionar como seguro contra desemprego, emprego precário, baixos salários e insegurança. Já não garante estabilidade no emprego nem na profissão e as carreiras profissionais deixaram de ser atividade fixa, segura, entre a escola e a aposentadoria. Estas condições mostram que a mobilidade social por meio da educação torna-se ainda mais restrita.

Outro aspecto que destacamos é que os dados aqui apresentados revelam que a falta de qualificação de trabalhadores não é fator fundamental para o aumento do desemprego. Porém, outros fatores, bem como a falta de postos de trabalho parece ter criado uma preocupação maior nas pessoas em estudar mais, o que acaba contribuindo para o retorno aos bancos escolares ou à busca por cursos técnicos e profissionalizantes.

## **1.1 Ensino Fundamental Completo e Incompleto**

Essa etapa da Educação Básica no Brasil tem sua origem no Ensino de Primeiro Grau, que promoveu a junção dos antigos cursos primário e ginásial (o primeiro com quatro a cinco anos de duração, e o segundo com quatro anos de duração, considerado, até 1971, como ensino secundário). Do total de entrevistados 20 % declaram ter cursado o Ensino Fundamental, sendo que a maioria (58%) não o concluiu.

## **1.2. Ensino Médio Completo e Incompleto**

O Ensino Médio ou Secundário corresponde a um conjunto específico de anos de escolaridade. No Brasil, desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1996 – o Ensino Médio é entendido como uma etapa equivalente a última fase da Educação Básica do sistema de ensino, também chamado de segundo grau, tendo como finalidade aprofundar os conhecimentos aprendidos no Ensino Fundamental, oferecendo o conhecimento básico para a posterior concorrência ao Ensino Superior.

O Ensino Médio Completo é o nível de escolaridade da maioria (47%) dos trabalhadores desempregados e 14% cursaram até Ensino Médio Incompleto.

Sobre a maioria dos Desempregados, sabemos que são aqueles que concluíram o Nível Médio de escolarização. Estes apresentam as seguintes características: A idade dos desempregados varia de 19 a 46 anos, tendo uma porcentagem de 10,93% com a idade de 19 anos, 9,37% para 18 e 22 anos. A maioria dos entrevistados é de jovens entre 19 e 22 anos que corresponde 20,3% dos entrevistados.

Em relação ao Estado Civil, 56,25% são casados, 37,5% solteiros, 3,12% divorciados e 3,12% amasiados. Portanto a maioria (59,37%) dos desempregados neste nível de escolarização mantém relações conjugais estáveis.

O número de pessoas que possuem dependentes também ultrapassa os 50%, somando 53,1%. Dentre os dependentes os filhos são os que mais aparecem com 76,5%, seguidos das esposas e de pais e mães que somam 82% cada um, avó e neta concebem apenas 2,9% para cada. Entre as pessoas que têm filhos como dependentes os que possuem 1 e 2 filhos se equiparam com 46,15% cada um e os que possuem 3 filhos importam apenas 7,69%. Neste nível também podemos verificar que uma vez que a maioria dos desempregados entrevistados são mulheres e jovens de até 20 anos a maioria tem o primeiro filho na média de 16 e 17 anos.

Quanto à religião a maioria dos entrevistados, 64% do total, se dizem Católicos, ainda que deste percentual 31% diz ser Católico não praticante, ou seja, apenas se considera como tal. Outros 11% são da Religião Espírita, 3,12% Evangélicos. Representam 21,8% os que dizem não possuem religião alguma e deste percentual quase 70% afirma que apesar de não se qualificarem dentro de nenhuma religião são pessoas que têm fé.

### **1.3 Ensino Superior Completo e Incompleto**

Apesar do Ensino Superior ser o nível de escolarização considerado efetivamente profissionalizante, os seus formados também têm sido atingidos pela atual crise do emprego. A gravidade de tal situação se expressa nos dados acumulados por esta pesquisa, uma vez que a mesma levantou seus dados junto às Agências Públicas de Intermediação de Mão-de-obra. Estas têm se voltado prioritariamente para a oferta de vagas de emprego que exigem escolarização de Nível Médio. Porém, dadas as dificuldades na obtenção de postos de trabalho, ainda que a escolha dos entrevistados fosse aleatória, esta amostra contou com a participação de 12% de trabalhadores desempregados que têm o Ensino Superior Incompleto e 3% que possuem Ensino Superior Completo.

Conforme o nível de escolarização vai subindo, podemos perceber que o número de dependentes diminui. Entre os que têm Ensino Superior incompleto, 6,0% não tem dependentes, 2,3%, tem apenas um. Dos que têm dependentes, 3,1% tem seus próprios filhos, os demais são as mães, esposas e netos. A religião professada pela maioria deles é a católica, 43%, e 30% disseram ser protestantes.

Os cursos que a maioria freqüentava era o de Administração e de Direito, com 21% cada; seguido do de Pedagogia, com 8%. Os principais motivos que apontaram para terem parado de estudar foram: a falta de dinheiro, ter ficado desempregado, porque tinha um bom emprego e se desinteressou, ter casado e ter mudado de cidade. O que está a mais tempo desempregado, o está há 5 anos e o que está a menos, foi entrevistado no seu primeiro dia de desemprego.

#### **1.4 Pós-Graduação**

Esta é a modalidade que se refere àqueles indivíduos com escolaridade em nível universitário ou tecnológico de terceiro grau. Os cursos de pós-graduação são divididos em duas categorias ou níveis: lato sensu e stricto sensu – cursos ligados à pesquisa, direcionados a formação acadêmica e científica.

Considerando o mesmo contexto do levantamento dos dados assinalado no item referente ao Ensino Superior, percentualmente o número de desempregados com cursos de Pós-Graduação é insignificante, porém foram quatro (4) Pessoas. Entretanto, dada a carência de profissionais com este nível de formação no País é surpreendente tal incidência.

Ao buscarmos as implicações psicossociais de tais condições, verificamos que socialmente são “reflexos” da economia, que se manifestam nas normatizações que os organismos internacionais estabelecem para a educação, fazendo com que esta, no que lhe tange quanto a formação dos aspectos psicológicos individuais, já há algum tempo, tenha deixado de formar o indivíduo humano para formar o indivíduo produtivo, mercantil e pragmático. Assim, o nível de educação escolar deixa de proporcionar as condições necessárias para a garantia da vida social e passa a contemplar as exigências de adaptabilidade e versatilidade, a partir de um modelo taylorizado, conforme os mecanismos de objetivação em vigor nas fábricas e, tudo isto, num mundo do trabalho em esfacelamento.

Por essa relação, Saviani (2005) declara que a escola se encontra sob a determinação direta do mercado capitalista, dotada de valor econômico próprio, por ser um bem de produção e não somente de consumo. Tanto que os sistemas de ensino estão sendo radicalmente modificados, pois o Banco Mundial dá grande importância a isso e tem um programa de alcance global que propõe, induz e orienta a reforma dos sistemas de ensino em todos os graus e em todos os países.

## **2. Referências**

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE OS ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO – GEPAPET – PPGEdU/UFMS – GE. **Relatório Final do projeto de pesquisa As Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e na Emoção.** FUNDECT, CNPQ, UFMS, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos,** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007